

A Constituinte aprova sistema presidencialista

por Cecília Pires de Brasília

Pela primeira vez, em 12 meses e 22 dias de funcionamento da Constituinte, estavam no plenário todos os 559 parlamentares que a compõem. Num clima de tensão, registrou-se a mais importante decisão política, até agora: por 344 votos a favor, 212 contra e apenas 3 abstenções, manteve-se o sistema presidencialista de governo e fixou-se, em outra votação, o mandato de cinco anos, sem reeleição, para os futuros presidentes da República. O mandato do presidente José Sarney deve ser votado em aproximadamente 30 dias, no capítulo das "Disposições Transitórias".

Foi uma expressiva maioria — de 64 votos acima do mínimo necessário, que é de 280 —, composta por forças governistas do PMDB e do PFL, aliadas a partidos de esquerda, como o PDT e o PT, que se fixaram contra o sistema parlamentarista. Mas o grande vencedor, na interpretação generalizada dos políti-

cos, acabou sendo mesmo o governo Sarney.

O presidente, que mobilizou todo o seu Ministério e a ampla maioria dos governadores estaduais para garantir a vitória do presidencialismo, disse considerar o resultado "uma vitória do País e não uma vitória pessoal", seguindo para um jantar comemorativo que deu, no Palácio da Alvorada, em Brasília.

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Constituinte, que há 72 horas considerava o parlamentarismo como tese vencedora — e na semana passada chegou a articular, sem êxito, a aprovação dessa emenda, no bojo de um acordo para um mandato de cinco anos para o presidente Sarney —, emerge como o principal derrotado, ao lado do líder do PMDB na Constituinte, o senador Mário Covas. Ulysses disse: "Não posso me sentir atingido por uma decisão soberana da Constituinte à qual presido". Acrescentou que "devemos acatar e respeitar esta decisão".

Dentro do governo, como observou o assessor político da Presidência, Thales Ramalho, a impressão é de que Sarney ficou fortalecido, podendo agora fazer gestões na área política e econômica, e estando mais próximo da conquista de um mandato de cinco anos, como deseja. Antônio Carlos Magalhães, ministro das Comunicações, um dos mais empenhados defensores do jogo duro do governo na Constituinte, nos últimos dias, para reversão de votos do parlamentarismo, decidiu abrir baterias contra os ministros do PMDB ligados a Ulysses.

Ao sair do Palácio da Alvorada, ontem, depois da votação, Magalhães disse estar na hora de os "ministros parlamentaristas" deixarem o governo, observando, porém, que "isso é uma questão de consciência".

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, que junto com Covas e Pires forma a linha de frente da oposição pemedebista a Sarney, interpretou o resultado da votação: "Pode dar a impressão de que a Constituinte não é soberana".

Ambos cobraram de antigos aliados em outras questões, como o líder do PDT na Câmara, deputado

Brandão Monteiro, o efeito político da aprovação da emenda presidencialista do senador Humberto Lucena. "Eles eram presidencialistas, e agora vêm nos cobrar o quê?" — respondeu Monteiro. O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), comemorava a vitória, seus efeitos na cena política e ironizava: "Não disse que não precisávamos do PT e do PDT?" Esses dois partidos contribuíram com 40 votos, a diferença foi de 64.

Ao final da noite, dona Mora, esposa do deputado Ulysses Guimarães, sofreu uma queda em sua residência, na Península dos Ministros, e foi levada de ambulância ao Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília, onde foi constatada uma fratura na perna. Alguns minutos mais tarde, o deputado interrompeu uma reunião com o ministro Renato Archer, da Previdência, dirigindo-se às pressas ao hospital.

"Presidente Sarney saiu fortalecido"

"O presidente Sarney saiu fortalecido" — essa impressão do governador Orestes Quêrcia, de São Paulo, era compartilhada, ontem, por políticos, empresários e sindicalistas, em diferentes regiões do País. A tendência, conforme a maioria dos consultados, é de aprovação de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, na Constituinte, e de um revigoramento da ação política do seu governo, nos próximos dias.

Frustrado, porém, ficou o governador Waldir Pires, da Bahia, defensor do sistema parlamentarista de governo e de uma redução do mandato de Sarney para quatro anos: "Pela sua rigidez, o presidente Sarney é um veículo de instabilidade na democracia brasileira", criticou ontem, em Brasília, depois da votação.

Leonel Brizola, chefe de um partido de esquerda, o PDT, que, aliado a outro, o PT, e às forças governistas contribuiu para a vitória do presidencialismo, ficou contente e propôs que haja eleição neste ano para um presidente que cumpriria um mandato-tampão de dois anos, seguindo-se eleições gerais em 1990.

Para Arthur João Donato, presidente da Firjan, Sérgio Barcellos, presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, assim como sindicalistas, a exemplo de Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, o resultado de ontem indica uma tendência de aceleração nos trabalhos da Constituinte, a partir de agora.

Para o sindicalista Magri é prenúncio de problemas: ele acha que, com esse resultado e a proximidade de promulgação da nova Constituição, crescem as chances de o governo manobrar a economia para derrubar, mais rapidamente, a Unidade de Referência de Preços (URP), o indexador dos salários. Por isso, Magri ontem mesmo decidiu preparar os eletricitários de São Paulo para uma greve de advertência.

(Ver páginas 8, 9, 11 e 12)

Os mercados financeiros mostraram-se ontem favoráveis ao presidencialismo. Nas bolsas, quando ficou clara a tendência entre os constituintes para votar pela manutenção do sistema, as ações subiram, e no mercado de dinheiro os investidores mostraram-se aliviados.